

UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES

O papel do jornalista investigativo *versus* ética profissional

Orientador: Prof. Dr. Sérsi Bardari
Bolsista: Géssica Brandino Gonçalves RGM 53260

Mogi das Cruzes
agosto/2009 a julho/2010

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o papel desempenhado pelo jornalista como investigador na sociedade, seus métodos e limites, a partir do estudo de dois casos específicos: a morte do jornalista Tim Lopes e a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* “Dantas é alvo de outra investigação da PF”, da jornalista Andréa Michael, que antecipou dados da operação *Satiagraha*¹, abordando o risco ao qual o repórter se submete ao desenvolver uma matéria e dilemas éticos com os quais o profissional se depara.

O processo de apuração é requisito primordial para que se alcance o ideal do Jornalismo: a veracidade dos fatos. Cabe ao jornalista lançar um olhar crítico sobre a realidade, além fiscalizar e denunciar irregularidades na garantia dos direitos da população. A denúncia só é possível mediante provas concretas, obtidas por meio do trabalho de investigação.

Os fatos [...] não aparecem diante de nós como algo íntegro e totalizado. O processo do conhecimento pressupõe a coleta desses fragmentos da vida e sua conexão com antecedentes e consequências para que o fato seja apreendido na sua totalidade².

Por essa razão, profissionais e teóricos brasileiros divergem quanto ao uso da expressão *jornalismo investigativo* para designar uma modalidade específica. O que diferencia tal prática não é apenas a investigação em si, mas o modo como esta é conduzida. Deve-se levar em consideração a rotina diferenciada a que se submete o jornalista, as fontes e estratégias adotadas por ele para a realização da reportagem.

Os primeiros trabalhos jornalísticos com finalidade investigativa surgiram no pós-Segunda Guerra Mundial, quase todos produzidos nos Estados Unidos, especialmente a partir de 1955. Porém, foi em 18 de junho de 1972, com o caso Watergate, que o jornalismo investigativo se populariza nas redações e rende à imprensa o status de “Quarto Poder”. O episódio teve início com a prisão de cinco pessoas por porte de material de espionagem e invasão da sede do Partido Democrata, no edifício Watergate. Os repórteres do *The Washington Post*, Bob Woodward e Carl Bernstein, decidiram investigar o fato, ignorado pelo restante da imprensa americana. O trabalho

¹ Em sânscrito, *satya* significa “verdade” e *agraha* quer dizer “firmeza”. Desta forma, *Satyagraha* é a “firmeza na verdade ou firmeza da verdade”.

² CANELLAS, Marcelo. *apud* FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 16.

dos jornalistas comprovou o envolvimento de pessoas ligadas ao governo do presidente republicano Richard Nixon no caso de espionagem, levando-o à renúncia.

Os reflexos de Watergate só foram sentidos nas redações brasileiras a partir do processo de abertura política, em 1974, durante o governo do general Ernesto Geisel. Em 1976, o jornal O Estado de S. Paulo publicou uma série de três matérias, sob o título “Assim vivem nossos superfuncionários”, denunciando o estilo de vida dos altos funcionários de Brasília e das demais capitais nacionais. Mas o ápice do jornalismo investigativo no país aconteceria durante o governo Fernando Collor de Melo. Profissionais foram mobilizados para investigar os meios de financiamento de campanha e as práticas de gestão do dinheiro público do ex-presidente, gerando denúncias que ganharam força e culminaram no processo de *impeachment*.

Da mesma maneira como se deu nos Estados Unidos, o jornalismo investigativo assume, no contexto nacional, o papel de vigilante do poder público. Contribui para isso o fim da censura imposta aos jornais, que proporcionou o ambiente adequado para que o jornalismo investigativo ganhasse força nas redações, pois havia espaço e necessidade de ampliar as informações oferecidas ao leitor.

De acordo com Sequeira³, a construção da reportagem investigativa começa na concepção da pauta, que pode surgir a partir de fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias ou da observação direta da realidade. Como segundo passo, é preciso verificar se existem documentos disponíveis ou fontes que possam ser acessadas, se há recursos e tempo e que resultados podem ter a investigação. Em seguida, o repórter deve familiarizar-se com o assunto, por meio da pesquisa e consulta a fontes, e, a partir daí, desenvolver um plano de ação, com custos, métodos de arquivamento e cruzamento de informações. Concluída a etapa de planejamento, o jornalista vai a campo, coleta dados por meio de fontes humanas e documentais, revê o material apurado, para que sejam preenchidos os vazios de informação, realiza uma avaliação final, redige, revisa e publica.

Ainda segundo a autora, conforme o jornalismo investigativo amadurece nos Estados Unidos, torna-se possível identificar três tipos de reportagem: original, interpretativa e sobre investigação.

No primeiro modelo, o jornalista vai a campo em busca de dados que comprovem uma suspeita, até então desconhecida pela sociedade. A investigação feita

³ SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

pelo jornalista Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento, o Tim Lopes, sobre a prostituição infantil nos bailes *funks* promovidos por traficantes da Vila do Cruzeiro, na cidade do Rio de Janeiro, pode ser classificada como reportagem investigativa original, pois levanta uma prática criminosa até então conhecida apenas no local.

No segundo caso, a reportagem surge como resultado da reflexão e análise sobre um fato ou ideia, ampliando o contexto e entendimento do público sobre a questão ao reunir um conjunto de dados mais amplo que a denúncia clássica.

Já a reportagem sobre investigação origina-se do vazamento de uma investigação oficial não concluída. É nessa categoria que se classifica a reportagem da jornalista Andréa Michael, do jornal Folha de S. Paulo, intitulada “Dantas é alvo de outra investigação da PF”, por antecipar dados da operação Satiagraha, fazendo com que a mesma fosse realizada prematuramente, meses mais tarde.

1.1 O jornalismo investigativo no contexto atual

As condições para o desenvolvimento do jornalismo investigativo nas redações de hoje seguem em sentido contrário às das existentes no passado. Enquanto durante o governo Collor foi possível verificar o aumento das reportagens investigativas, no jornalismo praticado atualmente elas parecem não ter espaço.

A falta de investimento das empresas é vista por teóricos e profissionais como responsável por essa queda. Esse aparente desinteresse é resultado de um processo iniciado a partir da década de 1970, quando houve uma mudança no processo de produção de notícias. O surgimento das agências de notícia e assessorias de imprensa, tanto públicas como privadas, e o posterior aparecimento de novas tecnologias, como o computador e a internet, tornaram o fazer jornalístico muito mais mecanizado.

Nesse cenário, surge o Projeto Folha, que acaba servindo de modelo para outros jornais. Ele “marca uma radical transformação no texto jornalístico, que passa a ser produtivo, instrumental, cada vez mais identificado com as necessidades do mercado”⁴.

Esse quadro reflete a *Teoria do Newsmaking*, por meio da qual se busca compreender como as notícias são feitas. Na rotina produtiva da redação, a figura do editor é peça fundamental, pois se torna necessário criar um filtro de seleção para as

⁴ SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005, p. 46.

informações recebidas. Tal seleção é feita pela criação do valor notícia, ou critério de noticiabilidade, utilizado para definir o que irá compor o noticiário.

No contexto em que a produção noticiosa se dá cada vez mais de modo mecanizado, a prática do jornalismo investigativo segue em sentido contrário. A reportagem investigativa demanda tempo, gera custos elevados e exige que um ou mais repórteres se dediquem exclusivamente à apuração dos dados de um único caso. Uma solução encontrada é o livro-reportagem, que permite explorar e dar espaço à investigação, enquanto que no jornalismo diário ela se torna cada vez mais rara.

Além da rotina das redações, da falta de interesse das empresas jornalísticas, acrescenta-se o desinteresse de parte dos jornalistas, que chegam ao mercado despreparados.

Mais grave do que as dificuldades e problemas éticos do jornalismo investigativo hoje é o seu futuro, ou melhor, a falta de perspectiva de que se faça algo do tipo no longo prazo. Os jovens que são despejados no mercado de trabalho não têm ideia de como fazer esse tipo de reportagem – e boa parte não quer saber mesmo. A maioria dos cursos de jornalismo não tem disciplinas que ao menos discutam o assunto⁵.

A soma desses fatores resulta na mera divulgação de dossiês e gravações de áudio como produto de investigação jornalística. Na verdade, são apenas materiais obtidos junto às fontes e que devem servir como ponto de partida e não como fim.

Não é por outra razão que o conceito de investigação jornalística no Brasil está atrelado a escândalos e denúncias, quando se sabe que a maioria dessas matérias nasce do repasse puro e simples de informação, muito mais um mérito das fontes do que, propriamente, do repórter⁶.

Sem a análise devida, a divulgação da documentação pode gerar problemas como a sentença de culpa do acusado, antes que seja concluído o processo jurídico, e o prejuízo de uma investigação ainda em andamento, por meio da divulgação de dados sigilosos, o que beneficia não a sociedade, que ganharia muito mais se o trabalho não sofresse interferência, mas o acusado e a venda de jornais.

⁵ ESCOSTEGUY, Diego *apud* FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 93.

⁶ FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 17.

Hoje, o maior inimigo do jornalismo investigativo não está no crime organizado, no governo, no Congresso ou no Judiciário. Está na grande imprensa, que o maltrata cotidianamente: tanto quando decide não o fazer, como quando o faz de forma malfeita⁷.

Felizmente, existem muitos jornalistas que fogem a essa regra e que buscam fazer investigações de qualidade, embora não encontrem espaço no mercado tradicional. De acordo com Gavin MacFadyen⁸, diretor do Centro de Jornalismo Investigativo (CIJ), 70% dos jornalistas investigativos atuam fora dos grandes veículos de imprensa.

Durante o 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo⁹, Rosental Calmon Alves, diretor-fundador do Centro Knight de Jornalismo nas Américas, falou sobre a realidade vivida pelo jornalismo investigativo atualmente. Segundo ele, esse tipo de jornalismo é considerado muito caro pelas empresas, que já não se interessam em praticá-lo. Diante disso, as organizações jornalísticas começaram a se organizar para desenvolver reportagens que não ganham espaço nas redações.

Nos Estados Unidos, o grande laboratório de mídia do mundo, começou uma inédita onda de empreendimentos de jornalismo investigativo sem fins de lucro. A lógica por de trás desses projetos é que esse tipo de jornalismo é tão essencial à democracia, que se as empresas deixam de fazê-lo, alguém deve aparecer para ocupar esse espaço, mesmo que, nesse caso, precise ser feita uma ‘vaquinha’. Jornalistas investigativos partiram para ‘vaquinha’, literalmente, em suas comunidades para continuar o trabalho que não podiam mais fazer na mídia tradicional, ou que a mídia tradicional não queria que eles fizessem¹⁰.

1.1.2 Exemplo de jornalismo que investiga

Apesar das dificuldades enfrentadas, há jornalistas que não abrem mão de reportagens investigativas e adotam técnicas para lidar com o perigo, sem desprezar os princípios éticos.

⁷ ESCOSTEGUY, Diego apud FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 91

⁸ MACFADYEN, Gavin. Crime transnacional. In: 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, 2010, São Paulo. Anotações feitas por esta pesquisadora.

⁹ ALVES, Rosental Calmon. Panorama do jornalismo investigativo no mundo. In: 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, 2010, São Paulo. Anotações feitas por esta pesquisadora.

¹⁰ *Id. Ibidem.*

O jornalista da TV Globo, Caco Barcellos¹¹, defende que qualquer trabalho jornalístico é investigativo. Para ele, ao invés de se cercar de seguranças e afastar as pessoas, a melhor medida de proteção diante dos riscos vem por meio da informação bem apurada e do respeito a quem se investiga.

Se estou te acusando, tenho que saber o máximo sobre a sua vida, depois sento com você e mostro tudo que investiguei. Você prova que é mentira, nada vai ao ar. Acho que essa é uma maneira de respeitar quem se está acusando. Quando você respeita as pessoas, a tendência é que elas te respeitem também¹².

Assim, cabe ao jornalista apurar bem os fatos antes de levá-los a público. Tal compromisso fez com que muitas vezes ele trabalhasse mais para jogar no lixo do que veicular. “Já joguei 8 meses de trabalho fora, mas tem que ser assim. O contrário disso é leviandade, preguiça ou má fé. [...]Você pode ganhar dinheiro, mas estará desrespeitando a honra dos outros, um preço, para mim, altíssimo.”¹³

Sobre o uso de câmeras e microfones escondidos, argumenta que o problema não está no equipamento, mas no uso que se faz dele. Quanto a repórteres que cometem o crime de falsidade ideológica para desenvolver uma reportagem, Barcellos defende a punição para o jornalista.

Há repórteres que omitem a identidade para mostrar a venda ilegal de carteiras. Eu botaria o funcionário vítima da denúncia na cadeia, porque temos que ser duros com os corruptos. E colocaria o repórter também, porque você tem que ser duro com os corruptores. Se cometer falsidade ideológica, não é jornalismo. É crime¹⁴.

Durante a carreira, ele conta que já teve matérias barradas por motivo de segurança e que sempre recebe a recomendação para tomar cuidado. “Cuidado! Não pode morrer. Tem que contar a história! Não dá para exigir que um chefe saiba o que acontece na rua. A decisão soberana tem que ser do repórter”¹⁵.

¹¹ BARCELLOS, Caco. **Caco Barcellos**: entrevista [julho. 2010]. Entrevista concedida a Gêssica Brandino Gonçalves. São Paulo: TV Globo, 2010.

¹² *Id. ibidem.*

¹³ *Id. ibidem.*

¹⁴ *Id. ibidem.*

¹⁵ *Id. ibidem.*

Caco Barcellos afirma que “a informação de qualidade é aliada da segurança” e, como o processo de apuração é constante, cabe ao jornalista deixar claro ao público os limites que teve para realizar a reportagem. Para ele, o bom investigador “é aquele que tem a informação qualificada, bem apurada e é movido pela honestidade”¹⁶.

1.2 Dilemas éticos nas práticas investigativas

Com base em Gomes, pode-se definir ética como o campo filosófico que se dedica “à análise dos próprios valores e condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades”¹⁷. Na definição de Kucinski, “o jornalista ético é o que age com a mesma honestidade intelectual que caracteriza o bom cientista”¹⁸. Logo, o compromisso do jornalista é firmado pela busca e divulgação precisa da verdade de interesse público.

No atual contexto, surgem novos valores, que vão ao encontro, não mais do interesse público, mas do mercado. Dessa maneira, “sendo os códigos socialmente constituídos, eles são hoje negados liminarmente por essa nova mentalidade que contesta a própria possibilidade de haver uma recomendação de conduta universal”¹⁹.

A negação da ética profissional tem diversos reflexos na prática, que vão desde a falta de comprometimento com a apuração, que pode resultar no julgamento antecipado de um inocente, ao relacionamento impróprio com as fontes para a obtenção de uma informação, situação em que muitos jornalistas mentem ou omitem a identidade.

Com o pretexto de que o interesse do público está acima de tudo e de que a imprensa existe para informá-lo, jornalistas roubam documentos, se apresentam sob falsa identidade e gravam conversas às escondidas. Jornalistas que agem assim se consideram acima da lei²⁰.

Não são apenas os métodos de investigação adotados pelo profissional que esbarram nos limites legais e éticos. A ideologia e o grau de dependência financeira da

¹⁶ BARCELLOS, Caco. Caco Barcellos: entrevista [julho. 2010]. Entrevista concedida a Géssica Brandino Gonçalves. São Paulo: TV Globo, 2010.

¹⁷ GOMES, Mayara Rodrigues. *Ética e Jornalismo*. 2.ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004, p. 17.

¹⁸ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005, p. 20.

¹⁹ KUCINSKI apud GOMES, Mayara Rodrigues. *Ética e Jornalismo*. 2.ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004, p. 09.

²⁰ NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. 7.ed., São Paulo: Contexto, 2007, p. 27.

empresa jornalística interferem, direta ou indiretamente, na conduta do jornalista, na abordagem e até na maneira como o texto será redigido.

Assim, a corrupção na mídia se manifesta em dois níveis: relação do jornalista com os fatos e fontes e na relação da empresa com o poder. Os episódios específicos de corrupção da verdade podem se manifestar em um desses níveis ou pela combinação dos dois²¹.

O debate mais amplo quanto à ética que se espera do jornalista é constantemente adiado, embora seja necessário rediscutir o posicionamento que se espera do profissional e até que ponto este seria responsável por suas decisões.

Uma das maiores dificuldades da investigação jornalística reside, justamente, nas bases éticas de uma atividade que tende a se misturar com uma atividade muito mais próxima do trabalho policial do que, propriamente, do jornalismo²².

De acordo com Ivo Herzog, o que dificulta o julgamento da ética no jornalismo é o fato de cada empresa possuir seu próprio código de conduta. Desse modo, o que é previsto como delito no código de ética da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), pode não ser considerado antiético por uma determinada empresa. “O código de ética é da instituição. Não existe um código de ética universal”²³.

1.3 TV Globo e o caso Tim Lopes

Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento, ou Tim Lopes, tinha 51 anos, 30 como jornalista, quando foi assassinado. Trilhou a carreira profissional nos jornais O Globo, O Dia, Jornal do Brasil, revistas Veja e Placar, antes de chegar à TV Globo. A semelhança com o cantor Tim Maia lhe rendeu o apelido. Optou pelo jornalismo investigativo, área na qual se tornou mestre. Recebeu o prêmio Esso pela matéria Feira de Drogas, exibida pelo Jornal Nacional no dia 13 de agosto de 2001. A reportagem-denúncia mostrava traficantes na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, vendendo drogas em uma feira ao ar livre.

²¹ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005, p. 48.

²² *Id. ibidem*, p. 19.

²³ HERZOG, Ivo. **Ivo Herzog**: entrevista [maio. 2010]. Entrevista concedida a Gêssica Brandino Gonçalves. Mogi das Cruzes: Universidade de Mogi das Cruzes, 2010.

Em 2002, Tim foi designado para atender ao chamado de moradores que ligavam para a emissora reclamando da prostituição infantil em bailes *funk* promovidos por traficantes na Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, zona norte do Rio de Janeiro. No dia 2 de junho, o repórter realizava sua quarta incursão à Vila, sendo as duas primeiras sem microcâmera. Tim estava sozinho.

O jornalista conversava com moradores nas proximidades de um bar, quando foi abordado por dois traficantes. Reconhecido pela matéria do ano anterior, Tim foi imobilizado com tiros nos pés e jogado no porta-malas no carro. Foi levado à favela da Grota, no Complexo do Alemão, onde um grupo de traficantes, liderado por Elias Maluco, realizou seu julgamento e condenação. Foi esquartejado, enquanto implorava por sua vida, e queimado entre pneus.

O motorista que o levaria de volta esperava por Tim no local combinado até perto da meia noite, quando deixou a Vila Cruzeiro. Às 11 horas da manhã seguinte, o advogado da TV Globo registrou o desaparecimento do repórter. Foi organizada uma equipe de busca, que dias depois encontraria restos mortais carbonizados, identificados como os de Tim, juntamente com o que restou da microcâmera.

1.4 Folha de S. Paulo e a Operação Satiagraha

No dia 08 de julho de 2008, a Polícia Federal (PF) movimentou 300 policiais para cumprir 24 mandatos de prisão e 56 de busca e apreensão, expedidos pelo juiz Fausto Martin de Sanctis, da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Tratava-se da deflagração da Operação Satiagraha, da Polícia Federal, que buscava desmontar um esquema de desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro, chefiado pelo banqueiro Daniel Dantas, dono do banco Opportunity, segundo as investigações da PF.

O banqueiro havia entrado na lista de investigados da Polícia Federal após ter sido acusado de contratar a empresa Kroll para espionar empresas públicas e privadas. O caso tornou-se público em setembro de 2004, com a Operação Chacal, que apreendeu documentos na casa de Dantas e nas sedes da Kroll e do Opportunity, onde também foi apreendido o HD do computador central do banco, cujos dados foram a base do processo de investigação que culminou na Operação Satiagraha.

No dia 26 de abril daquele ano, meses antes da Operação, o jornal Folha de S. Paulo publicou a reportagem “Dantas é alvo de outra investigação da PF”. No texto, da

jornalista Andréa Michael, os nomes de Carlos Rodenburg, sócio de Dantas, Verônica Dantas, irmã e parceira de negócios, e de Naji Nahas, empresário, além do próprio Daniel Dantas, são apontados como principais alvos da investigação. Andréa também informa que a Polícia Federal havia grampeado o fluxo de e-mails do Opportunity.

Devido a isso, o então delegado da PF, Protógenes Queiroz, pediu à Justiça, por meio de relatório da Divisão de Operações de Inteligência Policial Especializada, a prisão da jornalista Andréa Michael, além da busca e apreensão de documentos na casa da repórter da Folha, como parte da operação Satiagraha. O pedido de prisão preventiva foi negado pelo Ministério Público Federal (MPF), que aceitou o pedido de busca e apreensão, com base no artigo 10 da lei nº 9.296, de 1996, que diz que "constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei". De acordo com o procurador da República, Rodrigo de Grandis²⁴, a prisão foi negada por ser considerada uma medida exagerada para o caso, mas foi pedida a busca e apreensão para descobrir quem teria passado a informação para a jornalista. Porém, os pedidos foram negados pelo juiz Fausto Martin de Sanctis.

Com base em escutas telefônicas, o relatório da Divisão de Operações de Inteligência Policial Especializada aponta a realização da matéria como forma de privilegiar Daniel Dantas. De acordo com o documento, as informações divulgadas atrapalhariam a realização da Operação, caso fosse deflagrada naquela data, pois vários acusados puderam sair do país. Em entrevista à revista Carta Capital, em outubro de 2008, o delegado Protógenes Queiroz, então responsável pela Operação, afirma que, caso a matéria da Folha não fosse publicada, a investigação ainda estaria em andamento, com perspectiva de realizar a Operação após as eleições municipais, o que, no entender do delegado, seria muito melhor para o país.

2. METODOLOGIA

Neste trabalho aplica-se o estudo de caso da atuação dos jornalistas Tim Lopes e Andréa Michael na cobertura dos fatos mencionados. De acordo com Gil, o estudo de caso é caracterizado pela análise profunda de poucos objetos, de modo a permitir seu conhecimento amplo e detalhado. Por meio dele é possível “explorar situações da vida

²⁴GRANDIS, Rodrigo de. **Rodrigo de Grandis**: entrevista [julho. 2010]. Entrevista concedida a Géssica Brandino Gonçalves. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2010.

real cujos limites não estão claramente definidos e explicar variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas”²⁵.

Este estudo trata-se, portanto, da observação detalhada da atuação de dois profissionais investigativos, em diferentes contextos, de modo a identificar a utilização de métodos e as limitações enfrentadas no contexto da investigação jornalística.

[...] os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados²⁶.

Como os casos em estudo apresentam modalidades investigativas diferentes e situam-se em âmbitos sociais diferenciados, houve a necessidade metodológica de estabelecer critérios específicos de observação para cada um deles. Isto porque, no caso Tim Lopes, o jornalista é o autor da investigação, que ocorre nas camadas marginalizadas da sociedade. Já Andréa Michael produziu reportagem sobre investigação realizada pela Polícia Federal, cujo alvo era Daniel Dantas, dono do Banco Opportunity.

Assim sendo, os conceitos éticos para cada um dos casos devem ser relativizados de acordo com o contexto de cada situação.

Inicialmente, o estudo foi realizado com base em bibliografia especializada e sites de fundações e associações de jornalismo investigativo. Na conclusão do relatório parcial desta pesquisa, foi observado que algumas questões referentes aos dois casos em análise não eram exploradas com o devido foco pelas fontes consultadas. Diante disso, houve a necessidade de realizar entrevistas, que teriam como objetivo indagar e obter respostas sobre questões que cercam a investigação jornalística por parte da Justiça, das empresas jornalísticas e dos jornalistas.

Finalizando as discussões, a participação no 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo permitiu colher informações de jornalistas experientes e que atuam em organizações de jornalismo investigativo ao redor do mundo, além de participar de debates sobre outros dilemas que cercam a prática dessa modalidade.

²⁵ GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed., São Paulo: Atlas, 1999, p. 73.

²⁶ *Id. Ibidem*, p. 60.

3. RESULTADOS PARCIAIS/ DISCUSSÃO

Em meio a problemas sociais e de corrupção existentes no país, o jornalismo investigativo atua como vigilante, denunciando crimes contra o patrimônio ou contra a vida, para que a situação seja solucionada pelos órgãos competentes. Logo, o jornalista não substitui o Estado, mas colabora na cobrança das ações de interesse público.

Todo jovem jornalista quer descobrir o escândalo do dia, o que é até saudável, desde que não confunda o seu papel com o da Polícia. Esta, aliás, é uma grande diferença entre o Brasil e os Estados Unidos: lá os jornais levantam o caso e a Polícia apura. Aqui você levanta o caso, a Polícia não apura e os leitores cobram do jornalista²⁷.

O jornalista que se propõe a investigar enfrenta dificuldades, a maior delas é a impunidade, por determinar que a denúncia não tenha como contrapartida a ação policial. Esse fato gera insegurança para os que investigam. A morte é o maior dos riscos para quem denuncia irregularidades, tanto no meio político como entre traficantes.

No Brasil, que é um dos países mais violentos do mundo, quanto mais esclarecidas as pessoas, mais perigosas elas são. As estatísticas mostram isso. Pessoas que legitimam o risco de morte quando há patrimônio envolvido. Quanto mais poderosa, mais poder de compra ela tem. Dificilmente você vai vê-las com as mãos sujas. Alguém faz por elas. Esse é o maior risco. Ela faz sem você saber e pode, com a maior facilidade, comprar a impunidade²⁸.

Levantamento feito pela revista *Imprensa* no início de 2008 revela que quarenta e dois profissionais foram mortos no Brasil entre 1982 e 2007, em 28 dos casos, após denunciar políticos. Ao contrário do caso de Tim Lopes, em que os acusados foram julgados e condenados, a maioria dos crimes contra jornalistas permanece sem solução.

Hoje, morremos em maior número, com preços mais acessíveis e, quase sempre, sem consequências para quem mandou disparar. O que entristece é que eles estão ganhando o jogo. Jornalistas investigativos estão

²⁷ NUNES, Augusto apud VIEIRA FILHO, Geraldo. *Complexo de Clark Kent*. São Paulo: Summus, 1991, p.28.

²⁸ BARCELLOS, Caco. **Caco Barcellos**: entrevista [julho. 2010]. Entrevista concedida a Géssica Brandino Gonçalves. São Paulo: TV Globo, 2010.

em extinção. As ameaças e mortes resultam medo e o medo tem conseguido amordaçar a maioria de nós ²⁹.

Tim Lopes não queria que o crime dos traficantes da Vila do Cruzeiro ficasse impune e no anonimato. Ele era experiente na função de investigar, recebera o prêmio Esso, junto com outros quatro jornalistas, por realizar a matéria Feira de Drogas. A autoconfiança o fez subestimar o risco de não ser mais um rosto desconhecido pelos traficantes, fato ignorado pelos responsáveis da TV Globo, que lhe deram a pauta.

A morte de Tim Lopes fez Cristina Guimarães, repórter e ex-produtora da emissora, procurar a equipe do site Comunique-se e contar como a vida dela havia mudado após a matéria Feira de Drogas, da qual foi responsável pela produção. Desde a exibição da denúncia, vive escondida, pois traficantes da Rocinha prometeram 20 mil reais como recompensa por sua captura. Cristina queixou-se da falta de proteção da emissora. Para ela, Tim corria risco por ter feito as reportagens e o que agravava a situação era o fato do trabalho investigativo ser feito de modo solitário. “A gente faz reportagens na cara e na coragem. [...] A gente tem liberdade de imprensa, mas ninguém protege a gente” ³⁰.

O caso Tim Lopes provocou debate inédito entre jornalistas. A mobilização levou a realização de um seminário no dia 30 de agosto de 2002, onde começou a ser articulada a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Pela primeira vez, eram colocados em discussão os métodos e quais medidas eram necessárias para que a empresa não expusesse a vida do jornalista em risco.

Até o caso Tim, o repórter investigativo era a única bússola para seus passos, o construtor único da reportagem, o solitário que pode viver momentos de euforia e amargor. Mas depois do caso Tim, foi nascendo uma nova posição: o repórter investigativo em situação de risco deve ter alguma forma de apoio, uma estratégia de segurança pessoal ³¹.

Para aqueles que investigam altas esferas de poder e influência social surgem outras dificuldades. Primeiramente, existe o risco de o repórter ser corrompido por sua fonte, que pode

²⁹ SOUZA, Fátima. Próximo lote: nº43. *Revista Imprensa*. São Paulo, ano 21, nº 231, p. 30, Janeiro/Fevereiro de 2008.

³⁰ GUIMARÃES, Cristina *apud* ALVES, Ivson. Tim Lopes, assassinado. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp120620026.htm>>. Acesso em 19 de outubro de 2009.

³¹ SOUZA, Percival. *Narcoditadura*. São Paulo: Labortexto editorial, 2002, p.239.

“manipular o jornalista e agendar os meios de comunicação”³², uma vez que “uma fonte oficial pode divulgar determinada notícia para amenizar o impacto de outra, que deseja ocultar”³³.

As fontes oficiosas são sempre as mais tendenciosas. Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de Instituição. Governo, institutos, empresas, associações e demais organizações estão nessa categoria³⁴.

De acordo com a jornalista e editora do programa de treinamento do jornal Folha de S. Paulo, Ana Estela de Sousa Pinto, ao se deparar com um vazamento de informação, o jornalista deve:

Avaliar criticamente. Tentar entender qual é o objetivo do vazamento e para quem ele serve. Quem está por trás e quem essa pessoa quer prejudicar e quem ela quer beneficiar e, se a informação for relevante, publicar, da maneira mais transparente possível³⁵.

Outra questão é o grau de independência financeira e ideológica da empresa jornalística, fator que pode interferir no conteúdo da matéria, ou, até mesmo, impedir a publicação de uma denúncia que contrarie determinados interesses. De acordo com a pesquisadora Montserrat Quesada, citada por Sequeira³⁶, a maioria dos jornais do mundo carece de independência econômica real, o que acaba por tirar as empresas anunciantes da mira investigativa do jornalismo.

Durante o 5º Congresso de Jornalismo Investigativo, Ana Arana, diretora da Fundación Mexicana de Periodismo de Investigación (MEPI)³⁷, relatou que os jornalistas mexicanos não conseguem denunciar a ação dos quartéis no país, por existirem traficantes infiltrados nas redações das empresas. Assim, as páginas dos jornais locais acabam sendo preenchidas com crimes domésticos e outros assuntos,

³² PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 61.

³³ *Id. Ibidem*, p. 61.

³⁴ *Id. Ibidem*, p. 62.

³⁵ PINTO, Ana Estela de Sousa. **Ana Estela de Sousa Pinto**: entrevista [abril. 2010]. Entrevista concedida a Géssica Brandino Gonçalves. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

³⁶ SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005, p. 103.

³⁷ ARANA, Ana. Jornalismo sob pressão: de processo judiciais a risco de morte. In: 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, 2010, São Paulo. Anotações feitas por esta pesquisadora.

gerando o efeito cascata. “Quando o jornal local não publica, o jornal nacional deixará de dar a notícia, o noticiário internacional também, e ninguém saberá o que acontece”.

Algumas circunstâncias da publicação da matéria “Dantas é alvo de outra investigação da PF” despertaram atenção. Mesmo na condição de informação exclusiva, a reportagem não mereceu chamada de capa e saiu entre outras sete que se referiam ao fechamento da venda da Brasil Telecom, de Daniel Dantas, para a operadora de telefonia Oi. A reportagem, que poderia prejudicar a transação, foi publicada após a conclusão do negócio. Foi a investigação da Polícia Federal que saiu prejudicada.

O diretor de redação da Folha de S. Paulo, Otávio Frias Filho, em entrevista a Sequeira, anos antes da publicação da reportagem de Andréa Michael, afirmou que o jornal era “bastante imune a pressões ilegítimas ou indevidas que possam visar ao acobertamento de uma investigação ou à não-publicação de determinada apuração”³⁸.

3.1 As empresas jornalísticas

Investigar custa caro e demanda tempo. Ana Estela de Sousa Pinto, editora de treinamento de novos jornalistas no jornal Folha de S. Paulo, afirma que, se dependesse da vontade do jornal, praticamente todo espaço seria para esse tipo de matéria, mas nem sempre isso é possível.

Quanto mais matérias exclusivas e relevantes, que sejam resultado da investigação do repórter, melhor. Nem sempre isso acontece, nem sempre temos boas ideias. Muitas vezes, temos uma boa pauta, mas não a matéria apurada, porque nesse tipo de matéria tudo precisa estar muito bem documentado³⁹.

Para garantir a segurança do repórter, ela afirma que a Folha oferece treinamento para aqueles que desenvolvem matérias em zona de conflito. O jornal evita encaminhar pautas de risco para jornalistas inexperientes, pois o risco é maior.

A preocupação com a segurança não preocupa todas as empresas. O jornalista Rodney Pinder⁴⁰, afirmou que, ao oferecer treinamento para jornalistas que atuam em

³⁸ SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005, p. 102.

³⁹ PINTO, Ana Estela de Sousa. *Ana Estela de Sousa Pinto*: entrevista [abril. 2010]. Entrevista concedida a Géssica Brandino Gonçalves. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

⁴⁰ Diretor da International News Safety Institute, entidade sediada em Bruxelas dedicada à segurança dos jornalistas durante coberturas em áreas de risco. PINDER, Rodney. Práticas para diminuir os riscos da cobertura em áreas de violência 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, 2010, São Paulo. Anotações feitas por esta pesquisadora.

zonas de conflito, já ter ouvido várias reclamações de empresas jornalísticas quanto ao custo do programa. “É mais barato substituir um jornalista morto”. A TV Globo foi citada como uma das emissoras que já custeou treinamento para seus jornalistas.

Durante o 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, Marcelo Ribeiro, jornalista da rede Globo, relatou que já não é possível frequentar as favelas como antes, mas ressaltou que, mesmo que sejam locais de risco, a maior parte da população que reside ali não é de traficantes. Questionado sobre o que mudou, depois da morte de Tim Lopes, na cobertura da TV Globo do Rio de Janeiro ao fazer reportagens em comunidades, respondeu:

A TV Globo, além do trabalho na área do jornalismo, tem um trabalho social, tem o Criança Esperança, ela procura de uma forma positiva entrar nessas comunidades e relatar o que acontece ali. 99% das pessoas que vivem em favelas são pessoas honestas e de bem, que vivem ameaçadas por 1% que não é honesta. Essa relação, ao longo dos anos, vem melhorando e temos conseguido fazer reportagens e mostrar a falta de saneamento, de água e os programas que precisam ser implementados nessas comunidades⁴¹.

No mesmo evento, o jornalista Loweel Bergman⁴² afirmou ser claro que nenhuma empresa quer perder seu jornalista, porque se morrer, ninguém poderá contar a história que ele investigava. Para aqueles que atuam na área investigativa ele disse: “ou o profissional vai ter problemas, ou vai gerar problemas. A nossa vida é muito cara”.

Para a jornalista da Folha de S. Paulo, Elvira Lobato, a decisão sobre a matéria investigativa deve ser feita em conjunto. “Um repórter, em qualquer idade, precisa estar ancorado, porque existe uma hora em que a adrenalina te atrapalha. Você vai achar que não há o que perigo que há, pode cometer um erro de avaliação [...]. Um repórter não pode decidir por conta própria, tem que ser tudo muito bem avaliado”⁴³.

⁴¹ MOREIRA, Marcelo. Práticas para diminuir os riscos da cobertura em áreas de violência 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, 2010, São Paulo. Anotações feitas por esta pesquisadora.

⁴² Fundador do Centro de Jornalismo Investigativo e do Grupo de Repórteres e Editores Investigativos, professor da Universidade da Califórnia, correspondente do New York Times e produtor da série de documentários Frontline da PBC. BERGMAN, Lowell. Panorama do jornalismo investigativo no mundo. In: 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, 2010, São Paulo. Anotações feitas por esta pesquisadora.

⁴³ LOBATO, Elvira. Jornalismo sob pressão: de processo judiciais a risco de morte. In: 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, 2010, São Paulo. Anotações feitas por esta pesquisadora.

3.2 O Direito e o jornalismo

De acordo com o procurador do Ministério Público do estado de São Paulo, Dr. Perseu Gentil Negrão⁴⁴, o argumento do interesse público utilizado por jornalistas para defender condutas que infringem a Lei não encontra sustentação. O que muitas vezes é ignorado é que o repórter pode ser processado por crime civil.

Ao preservar a identidade da pessoa que passou a informação, caso esta tenha cometido crime ao fazê-lo, o profissional passa a responder pelo crime no lugar da fonte. Por isso, o procurador do estado recomenda gravar as conversas com a fonte, ter registrada a autorização para uso das informações, ter todas as provas documentadas e usar o bom-senso.

Rodrigo de Grandis, o procurador da República em São Paulo, recomenda cautela aos jornalistas que tem acesso a dados de investigações.

Existem situações em que o jornalista tem que ter sensibilidade e se perguntar o seguinte: vou divulgar, mas o furo vai, do ponto de vista do crime, proporcionar o quê? O furo se vier, por exemplo, sobre a interceptação telefônica, vai proporcionar que o material seja jogado no lixo. Acho que o momento adequado para divulgar é aquele em que o Ministério Público já formalizou sua opinião de delito. A divulgação de fatos, a meu ver, prejudica de forma muito veemente todo o processo de investigação, principalmente nesses casos de lavagem⁴⁵.

Segundo o procurador do Ministério Público do estado de São Paulo, Dr. Perseu Gentil Negrão, caso o jornalista seja assassinado ao desenvolver uma reportagem, o primeiro ponto é saber se ele estava desenvolvendo aquela pauta por iniciativa própria ou se estava fazendo aquilo porque foi designado pela empresa jornalística. No primeiro caso, não cabe indenização. Já na segunda situação, a empresa jornalística responderá ao processo civil, tendo que indenizar a família do jornalista. O cálculo do valor a ser pago equivale a multiplicação dos anos que o jornalista deixou de viver, considerando a expectativa de vida no país, pelo número de meses do ano mais o décimo terceiro e férias, pelo salário que o jornalista recebia em vida. A forma de pagamento é negociada.

⁴⁴NEGRÃO, Perseu Gentil. **Perseu Gentil Negrão**: entrevista [abril. 2010]. Entrevista concedida a Géssica Brandino Gonçalves. São Paulo: Ministério Público do estado de São Paulo, 2010.

⁴⁵ GRANDIS, Rodrigo de. Lavagem de dinheiro. In: 5º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, 2010, São Paulo. Anotações feitas por esta pesquisadora.

4. CONCLUSÃO

Os valores morais refletem a cultura de uma comunidade específica, em um dado período de tempo. Embora haja um código da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), cada empresa trabalha com o seu próprio conjunto de normas e estabelece o que deve ou não ser aceito e, em quais circunstâncias, o jornalista terá uma ‘licença’ para burlar a lei, caso não haja outro meio para se obter a informação de interesse público.

O Código de Ética dos jornalistas da Fenaj coloca a busca pela verdade como dever do profissional, mas não menciona como e nem até onde o jornalista deve ir para obtê-la. Diante disso, o Ministério Público, tanto estadual como federal, defendem que não existe isenção especial para o jornalista. “Não existe uma ética específica para o jornalista, existe uma ética dos cidadãos que os torna iguais”⁴⁶.

Por isso, uma série de cuidados se faz necessária no desenvolvimento de reportagens de cunho investigativo, caso o repórter não deseje ter problemas judiciais. No final de tudo, o que deve imperar é o chamado ‘bom-senso’.

Quanto a questão da segurança, o que importa para as empresas jornalísticas é a história a ser contada. Garantir a integridade do jornalista equivale a garantir a veiculação de um fato inédito. Ao longo dessa pesquisa, percebi que o que as move a proteger seus profissionais não é a obrigação moral, mas o interesse pela informação.

Muitos jornalistas trabalham sob pressão e não se atrevem a questionar, com receio de ter seu nome queimado no mercado. Muitos jornalistas, no mundo inteiro, trabalham em empresas que estão longe de defender o interesse público. Para defendê-los, organizações, formadas por jornalistas, atuam e conseguem difundir o compromisso com a investigação, longe da grande mídia.

Num cenário em que a rotina de produção do jornalismo é utilizada como argumento para desrespeitar os princípios éticos, chama atenção a postura que Caco Barcellos adota ao investigar uma pessoa. Quantos jornalistas atuam da mesma forma, respeitando o acusado, a quem ninguém respeita? Dentro e fora da mídia devem existir outros casos. Tais atitudes devem ser divulgadas para servirem de exemplo de como fazer jornalismo, mostrando que não é preciso abrir mão de princípios, ou ser vazio deles, para ser um profissional de verdade.

⁴⁶ CARTA, Mino apud VIEIRA FILHO, Geraldo. *Complexo de Clark Kent*. São Paulo: Summus, 1991, p.54.

Por fim, o jornalismo investigativo, quando realizado dentro das bases éticas, contribui tanto para a sociedade como para a empresa, dando-lhe credibilidade, mas é preciso ressaltar que “a denúncia de um ato criminoso não justifica a prática criminosa”⁴⁷ e que uma matéria não pode valer uma vida.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ivson. Tim Lopes, assassinado. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimpresa.com.br/artigos/asp120620026.htm>>. Acesso em 19 de outubro de 2009.

FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Contexto, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed., São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Mayara Rodrigues. *Ética e Jornalismo*. 2.ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. 7.ed., São Paulo: Contexto, 2007.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

SOUZA, Fátima. Próximo lote: nº43. *Revista Imprensa*. São Paulo, ano 21, nº 231, Janeiro/ Fevereiro de 2008.

SOUZA, Percival de. *Narcoditadura: o caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo no Brasil*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

VIEIRA FILHO, Geraldo. *Complexo de Clark Kent*. São Paulo: Summus, 1991.

⁴⁷ NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Contexto: p, 28